



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SMDS/CMDCA n.º 003/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, REGISTRADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CAJAMAR, PARA FINS DE CONCESSÃO DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA DE CAJAMAR, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.417/2025

A Prefeitura Municipal de Cajamar, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA de Cajamar informam à todos os interessados que, mediante o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO selecionará propostas de Organizações da Sociedade Civil, para concessão de Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros doravante denominado CACREFI, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Cajamar, objetivando a celebração de Termo de Fomento com a Administração Pública Municipal, para fins de execução de projetos que tenham por objetivo a promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990) e que estejam em conformidade com os eixos e diretrizes previstas no item 3. deste edital.

O presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO selecionará propostas apresentadas, cujos Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros – CACREFI para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Cajamar terão validade de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua emissão.

A formalização das parcerias para a execução das propostas que vierem a ser selecionadas fica condicionada à captação dos recursos necessários, pelas Organizações da Sociedade Civil, por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Cajamar, bem como ao cumprimento das demais exigências elencadas neste edital.

O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis para consulta através no site oficial do Município - www.cajamar.sp.gov.br/cmdca

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente seleção rege-se pelos princípios e normas emanados pela:

- Constituição da República Federativa do Brasil - 1988;
- Lei Orgânica do Município de Cajamar;
- Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- Lei Municipal nº 1.325 de 27 de março de 2009 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Cajamar;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mutua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de Fomento, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de Fomento e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;
- Lei Municipal nº 1.671, de 16 de dezembro de 2016, alterada pela Lei nº 1.879, de 8 de dezembro de 2021, que autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênios, Termos de Fomento, Colaboração e Acordo de Cooperação com as Organizações da Sociedade Civil;
- Decreto Municipal nº. 5.624, de 06 de fevereiro de 2017, que regulamento no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Cajamar a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e dá outras providências;
- Lei Federal nº 14.692, de 03 de outubro de 2023, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para possibilitar ao doador de recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica;
- Resolução CMDCA nº 133, de 01 de abril de 2025, que dispõe sobre o percentual de retenção dos recursos captados destinados ao FMDCA de Cajamar.

2. OBJETO

Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público a seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil, regularmente constituídas inscrita ou com projetos inscritos no CMDCA de Cajamar, ou ainda com inscrição em Conselhos de municípios onde tenha um projeto em execução, para concessão de Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA de Cajamar, objetivando a celebração de Termo de Fomento com a Administração Pública Municipal, para fins de execução de projetos que tenham por objetivo a promoção e proteção de garantia de direitos das crianças e adolescentes, e que estejam em conformidade com os eixos e diretrizes previstas no item 3. deste edital.

3. POLÍTICA, PLANO, PROGRAMA OU AÇÃO

Considerando Censo 2022 realizado pelo IBGE, Cajamar conta com 92.689 habitantes, o Município de Cajamar tem uma densidade demográfica de 705,4 hab/km² e segundo a Fundação SEADE, a população com menos de 15 anos para 2021 é de 21,96%.

Com base nos dados do Cadastro Único (Fev/2025) constatamos que 8.721 famílias têm em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, sendo um total de 14.633 crianças e adolescentes.

Verificamos que dentre estes, 5.530 famílias estão na linha de extrema pobreza (renda familiar de R\$ 0,00 a R\$ 109,00) e 1.250 famílias estão na linha da pobreza (renda familiar de R\$ 109,01 à R\$ 218,00).

Dentre as famílias em situação de extrema pobreza, temos 6.395 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos completos, sendo 49% meninas e 51% meninos. Destacamos que entre estes, 180 são crianças e adolescentes com deficiência.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Das famílias em situação de pobreza, temos 1.809 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos completos, sendo 50,2% meninas e 49,8% meninos. Destacamos que entre estes, 48 são crianças e adolescentes com deficiência.

Logo, a concepção e a elaboração de políticas públicas destinadas a atender crianças e adolescentes devem compreender e considerar os ciclos do desenvolvimento humano com suas particularidades.

Neste sentido, as propostas de políticas sociais básicas devem considerar as causas mais frequentes de vulnerabilidade social do público, em especial ao atendimento de crianças e/ou adolescentes nas seguintes situações: em situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e/ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Constituem diretrizes e ações prioritárias deste edital:

EIXO 1: PROMOÇÃO DE DIREITOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

DIRETRIZES

- 1.1. Projeto para diagnóstico, tratamento ou acompanhamento de transtorno do espectro autista, em todos os seus níveis, direcionado a bebês e crianças de 0 a 6 anos e suas famílias;
- 1.2. Projeto de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para bebês e crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, incluindo a importância do brincar, com o objetivo do desenvolvimento ou prevenção de situações ou do risco de isolamento social;
- 1.3. Projeto de atendimento socioeducativo, lúdico, alimentar e repouso noturno para bebês e crianças de 0 a 6 anos, cujos pais ou responsáveis estão em regime de trabalho noturno;
- 1.4. Projeto de disseminação de conhecimentos e valorização da atenção, do cuidado e da coparticipação no desenvolvimento de bebês e crianças de 0 a 6 anos, destinado a pais, cuidadores e/ou familiares;
- 1.5. Projeto de educação artística para bebês e crianças de 0 a 6 anos;
- 1.6. Projeto de atenção especializada para bebês e crianças de 0 a 6 anos com deficiência e/ou doença rara, transtornos globais de desenvolvimento; altas habilidades ou superdotação, por meio de atividades lúdicas, culturais, artísticas, experiências motoras e terapêuticas, que favoreçam o desenvolvimento, a inclusão e o convívio familiar e comunitário;
- 1.7. Projeto de incentivo à leitura paterna para bebês e crianças de 0 a 6 anos.

EIXO 2: GARANTIA DE DIREITOS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR

DIRETRIZES

- 2.1. Projeto de apoio psicológico e jurídico para crianças e/ou adolescentes gestantes sobre o exercício do direito de entrega de filhos para adoção;
- 2.2. Projeto que vise humanizar o ambiente de convivência dos serviços de acolhimento institucional, com o objetivo de construir identidade e pertencimento de crianças e/ou adolescentes acolhidos;
- 2.3. Projeto para a preparação e promoção da autonomia de adolescentes próximos ao desligamento do serviço de acolhimento institucional;



2.4. Projeto para orientação e atendimento de crianças e/ ou adolescentes gestantes e seus (suas) filhos(as) que se encontrem em acolhimento institucional;

2.5. Projeto para capacitação de equipe técnica de serviços de acolhimento institucional.

EIXO 3: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

DIRETRIZES

3.1. Projeto de prevenção, proteção e garantia do direito de crianças e adolescentes, em especial para aqueles com deficiência e/ou doença rara, em risco ou em situação de violência física, psicológica, doméstica, sexual e institucional, promovendo a formação da equipe técnica de modo a otimizar a discussão dos casos aprimorando os encaminhamentos das redes direta e indireta;

3.2. Projeto de prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual por meio de metodologia inovadora e/ou complementar, com estratégias específicas às vítimas e seus familiares;

3.3. Projeto de acolhimento ou prevenção aos casos de bullying e/ou cyberbullying nas escolas e/ou na rede socioassistencial;

3.5. Projeto de atendimento psicológico e/ou de psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violências.

2.5. Projeto para capacitação de equipe técnica visando o enfrentamento de violências.

EIXO 4: GARANTIA DE DIREITOS PARA ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PÓS-MEDIDAS

DIRETRIZES

4.1. Projeto para orientação e atendimento especializado destinados a adolescentes gestantes e/ou mães que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas ou em pós-medidas;

4.2. Projeto de incentivo ao protagonismo, autonomia, desenvolvimento de potencialidades e de habilidades socioemocionais (soft skills) e habilidades técnicas (hard skills) para empregabilidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e/ou que estejam em pós-medidas;

4.3. Projeto de fomento a práticas esportivas, culturais, tecnológicas e artísticas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e/ou que estejam em pós-medidas.

EIXO 5: PREPARAÇÃO E INTRODUÇÃO AO TRABALHO

DIRETRIZES:

5.1. Projeto de formação em novas tecnologias, ciências e profissões do futuro para adolescentes;

5.2. Projeto para introdução ao trabalho protegido e geração de renda para adolescentes;

5.3. Projeto de incentivo ao protagonismo, autonomia, desenvolvimento de potencialidades e de habilidades socioemocionais (soft skills) e habilidades técnicas (hard skills) ambiente de trabalho para adolescentes;

5.4. Projetos que promovam a qualificação profissional do adolescente, apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda e que permitam a formação técnica profissional e metodológica de



adolescentes entre 14 e 17 anos e 11 meses e 29 dias, dentro dos princípios da proteção integral do adolescente, garantidos pela legislação brasileira.

EIXO 6: PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA, OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS, CULTURAIS E ESPORTIVAS

DIRETRIZES

- 6.1. Projeto de apoio educacional para crianças e/ou adolescentes da rede pública, com ênfase em conteúdos curriculares para redução de defasagem de conhecimento;
- 6.2. Projeto de incentivo às modalidades de esportes Olímpicos e/ou Paraolímpicos para crianças e/ou adolescentes;
- 6.3. Projeto de educação ambiental e de sustentabilidade, prático e/ou teórico, para criança e adolescente, que fomente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (sustentável; consumo consciente; reciclagem; ou preservação de espaços públicos);
- 6.4. Projeto de capacitação em jogos digitais/virtuais, enquanto atividade esportiva, para crianças e/ou adolescentes;
- 6.5. Projeto de incentivo ao protagonismo e participação social de crianças e/ou adolescentes na política pública (ênfase no âmbito do CMDCA de Cajamar);
- 6.6. Projeto de atividades artísticas e culturais para crianças e/ou adolescentes;
- 6.7. Projeto de capacitação destinado aos agentes públicos municipais de educação, saúde e assistência social em atenção e cuidado à criança e adolescente em vivência de luto.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral:

Apoiar a execução de projetos de Organizações da Sociedade Civil direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes dentro da faixa etária de 00 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade incompletos, nos termos do artigo 2º, caput, da Lei Federal nº 8.069/1990 e que estejam em conformidade com ao menos uma das diretrizes e ações prioritárias constantes no item 2 deste edital (Do Objeto).

4.2. Objetivos específicos:

- 4.2.1. Promover os direitos na primeira infância;
- 4.2.2. Promover a garantia de direitos em acolhimento institucional e familiar;
- 4.2.3. Promover a prevenção e enfrentamento às violências;
- 4.2.4. Promover a garantia de direitos para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e pós-medidas;
- 4.2.5. Ofertar preparação e introdução ao trabalho;
- 4.2.6. Promover o direito à cidadania, oportunidades educacionais, culturais e esportivas.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros a serem destinados para a execução das propostas ficam obrigatoriamente condicionados à respectiva captação pelas Organizações da Sociedade Civil para o Fundo Municipal



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Cajamar, por meio do Certificado de Autorização de Captação de Recursos Financeiros - CACREFI.

5.2. A execução das propostas selecionadas pelo presente chamamento público, por meio da celebração de termo de fomento com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, fica condicionada à efetiva captação dos recursos previstos nas propostas e sua adequação ao objeto.

6. DOS PRAZOS

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	22/07/2025
2	Apresentação das propostas pelas OSC's em sessão pública conforme subitem 9.4 deste Edital.	21/08/2025 Das 8h às 8h29m.
3	Sessão Pública para abertura dos envelopes e avaliação das propostas pela Comissão de Seleção de acordo com o item 10.	21/08/2025 Com início às 09h.
4	Publicação do resultado preliminar no Diário Oficial do Município, disponível no sítio eletrônico www.cajamar.sp.gov.br	
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado preliminar.
6	Prazo para apresentação de contrarrazões	5 (cinco) dias úteis contados do término do prazo do recurso preliminar.
7	Julgamento dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias úteis.
8	Julgamento dos recursos pela autoridade competente, no caso de manutenção da decisão pela Comissão de Seleção	5 (cinco) dias úteis.
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, no Diário Oficial do Município, disponível no sítio eletrônico www.cajamar.sp.gov.br , com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público, as organizações da sociedade civil inscrita ou com projetos inscritos no CMDCA de Cajamar ou no Conselho do município da OSC, ou ainda com inscrição em Conselhos de municípios onde tenha um projeto em execução, cujas atividades finalidades específicas tenham por objetivo a promoção e garantia de direitos da pessoa idosa e ou o envelhecimento digno, ativo e saudável e se relacionem diretamente às características dos eixos, diretrizes e ações prioritárias previstas na item 3. deste edital.

7.2. Não será exigida contrapartida em bens e serviços das organizações da sociedade civil.

7.3. Não será permitida a atuação em rede pelas organizações da sociedade civil.

7.4. A participação das organizações da sociedade civil no presente Chamamento Público implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.



8.2. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

8.2.1. A Comissão de Seleção será constituída por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS e da Secretaria Municipal de Justiça - SMJ, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 5.624/2017.

8.2.2. Para subsidiar os trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado.

8.2.3. Sob pena de responder administrativa, penal e civilmente, deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção, o membro da Comissão que, nos 05 (cinco) anos anteriores à data de publicação do Edital, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das organizações participantes do Chamamento Público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

- a) ser ou ter sido associado, dirigente ou cooperado da OSC;
- b) ter ou ter tido relação de emprego ou de prestação de serviço com a OSC;
- c) ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer OSC participante do processo seletivo.

8.2.4. O membro da Comissão de Seleção, sob pena de responder administrativa, penal e civilmente, deverá ainda se declarar impedido de participar do processo de seleção quando for cônjuge ou parente, até segundo grau, inclusive por afinidade, dos administradores da OSC ou quando sua atuação configurar em qualquer outra situação de conflito de interesse.

8.2.5. Na hipótese de impedimento, deverá o membro da Comissão ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

9. DA ETAPA DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. A Comissão de Seleção, por meio do presente edital de chamamento público, realizará a seleção de propostas e habilitação de organizações da sociedade civil para fins de concessão do Certificado de Autorização para a Captação de Recursos Financeiros - CACREFI, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Cajamar.

9.2. As propostas apresentadas devem estar em consonância com pelo menos 01 (um) dos eixos e diretrizes constantes no item terceira deste edital.

9.2.1. As propostas devem prever projetos cujo prazo de execução seja de no mínimo 6(seis) meses e no máximo 24 (vinte e quatro) meses;

9.2.2. Para cada proposta que vier a ser selecionada, será concedido um Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA de Cajamar, nominal à Organização da Sociedade Civil e a respectiva proposta selecionada, sendo vedada, em qualquer hipótese, a transferência de recursos entre as autorizações.

9.3. A proposta deverá ser elaborada pela organização da sociedade civil em estrita consonância com o disposto nos itens 2. (Objeto), 3. (Política, Plano, Programa ou Ação) e 4. (Objetivos) deste edital, observado o modelo oficial constante no Anexo I, sob pena de eliminação da proposta.

9.3.1. Em se tratando de representação por procurador(a), deverá ser apresentada a procuração, acompanhada de cópias simples do documento de identificação oficial com fotografia e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do(s) outorgante(s) e do(a) procurador(a).



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

9.3.2. Serão aceitos para fins comprobatórios os seguintes documentos oficiais de identidade com fotografia: carteira de identidade, carteira de identificação profissional, carteira de motorista (CNH), carteira de trabalho (CTPS) e passaporte.

9.4. A proposta e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelope devidamente identificado, que será aberto em Sessão Pública a ser realizada no **dia 21/08/2025 com início às 8:30h**, no endereço Avenida Antonieta Pasquarelli Pentead, 245 – Jordanésia, Cajamar/SP, CEP 07786-515:

9.5. Em nenhuma hipótese será permitida a emenda, retificação, alteração e/ou complementação da proposta após sua apresentação, inclusive por via recursal podendo ser solicitada pela Comissão de Seleção diligência para regularização ou esclarecimento de assinaturas ou documentos apresentados.

9.6. A apresentação da proposta e dos documentos para habilitação por quaisquer Organizações da Sociedade Civil, pressupõe a aceitação dos termos deste edital.

9.7. A organização da sociedade civil deverá apresentar juntamente com a proposta 01 (uma) referência de preços, comprovando a compatibilidade de custos, praticados no mercado, em conformidade com o artigo 26 do Decreto 16.746/2017 e 22 da Lei 13.019/2014.

9.8. A apresentação de documentação falsa ou falsificada implicará na aplicação de sanções cabíveis na forma da lei, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

10.1. Da análise das propostas

10.1.1. As propostas protocoladas no prazo e forma estabelecidos neste edital, serão analisadas e julgadas pela Comissão de Seleção, que utilizará os seguintes critérios de julgamento:

- I. Adequação;
- II. Consistência e coerência;
- III. Exequibilidade;
- IV. Relevância e impacto social;
- V. Atendimento exclusivo ao público prioritário.

Tabela 1:

Critérios de Julgamento	Item	Nota	Pontuação Máxima
I. Adequação	Proposta em consonância com pelo menos 01 (um) dos eixos, diretrizes e ações prioritárias constantes no item 3 deste edital.	Atende satisfatoriamente (05 pontos)	5 pontos
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	
II. Consistência e coerência	Descrição da realidade e o nexo entre esta realidade e a ação proposta pelo projeto.	Atende satisfatoriamente (10 pontos)	10 pontos
		Atende parcialmente (05 pontos)	
		Não atende	



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

		(0 pontos) Proposta eliminada	
	Metas a serem alcançadas, resultados esperados, ações e prazos para a execução das ações e cumprimento das metas.	Atende satisfatoriamente (10 pontos)	10 pontos
		Atende parcialmente (05 pontos)	
		Atende insatisfatoriamente (2,5 pontos)	
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	
	A metodologia aponta, de forma clara e bem definida, como as ações serão executadas, incluindo os procedimentos, recursos e insumos necessários e, os detalhes técnicos para a sua execução.	Atende satisfatoriamente (15 pontos)	15 pontos
		Atende parcialmente (10 pontos)	
		Atende insatisfatoriamente (05 pontos)	
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	
	Caracteriza o público alvo de forma quantitativa e qualitativa descrevendo o público atendido, caracterizando o público por faixa etária, condição socioassistencial, econômico, etc.	Atende satisfatoriamente (05 pontos)	5 pontos
		Atende parcialmente (2,5 pontos)	
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	
III. Exequibilidade	A proposta demonstra capacidade técnica operacional da proponente com recursos humanos (celetista, pessoa jurídica ou pessoa física) com carga horária e remuneração condizentes com a complexidade das metas apresentadas, materiais compatíveis com a execução do objeto e alcance das metas apresentadas.	Atende satisfatoriamente (15 pontos)	15 pontos
		Atende parcialmente (10 pontos)	
		Atende insatisfatoriamente (05 pontos)	
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

	O plano de aplicação discrimina todos os recursos necessários para a execução da proposta (recursos humanos, em consonância com as metas apresentadas.	Atende satisfatoriamente (acima de 80%) (15 pontos)	15 pontos
		Atende parcialmente (de 60% a 80%) (10 pontos)	
		Atende insatisfatoriamente (de 40% a 60%) (05 pontos)	
		Não atende (<40%) (0 pontos) Proposta eliminada	
IV. Relevância e Impacto Social	Apresenta quais os benefícios gerados ao público diretamente ou indiretamente envolvido, à comunidade ou território de atuação.	Atende satisfatoriamente (10 pontos)	10 pontos
		Atende parcialmente (05 pontos)	
		Não atende (0 pontos) Proposta eliminada	
	Apresenta potencial para transformação e superação das situações de vulnerabilidade e risco social, de acordo com a descrição da realidade apresentada.	Atende satisfatoriamente (10 pontos)	10 pontos
		Atende parcialmente (05 pontos)	
		Não atende (0 pontos)	
V. Atendimento ao público prioritário	Atendimento crianças e/ou adolescentes nas seguintes situações: Em situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e/ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.	Atende satisfatoriamente (5 pontos)	5 pontos
		Atende parcialmente (2,5 pontos)	
		Não atende (0 pontos)	



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

			Total de Pontos
			100 pontos

10.1.2. A avaliação das propostas terá caráter exclusivamente eliminatório.

10.1.3. Cada um dos 05 (cinco) critérios de avaliação constantes da tabela do item 10.1.1 deste edital serão avaliados e pontuados pela Comissão de Seleção.

10.1.4. Serão **selecionadas** apenas as propostas que obtiveram pontuação igual ou superior a 60 (sessenta) pontos e/ou que não obtiverem nota “zero” em quaisquer dos itens dos critérios de julgamento cuja penalidade seja a eliminação, constantes na tabela do item 10.1.1 deste edital.

10.1.5. Serão **eliminadas** as propostas que obtiverem pontuação inferior a 60 (sessenta) pontos e/ou que obtiverem nota “zero” em quaisquer dos itens dos critérios de julgamento eliminatório constantes na tabela do item 10.1.1 deste edital.

10.1.6. Igualmente, serão eliminadas as propostas que não contenham ou não atendam as seguintes informações:

- I. A descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto;
- II. As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os resultados esperados a partir da execução do cumprimento das metas;
- III. Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- IV. O valor global.

10.1.7. A Comissão de Seleção poderá promover ou solicitar visita técnica à organização da sociedade civil ou em locais indicados na proposta, com vistas à emissão do parecer técnico que definirá a seleção ou eliminação da proposta.

10.2. Da análise dos documentos para habilitação

10.2.1. No mesmo envelope de que a trata a item 9.4 deste edital, também deverá ser encaminhada a documentação capaz de habilitar a organização da sociedade civil no presente chamamento público, a saber:

- I. Cópia simples e legível do estatuto social registrado na forma lei e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº. 13.019/2014;
- II. Cópia simples e legível da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada na forma da lei;
- III. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido através do sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para comprovar que a organização da sociedade civil existe, no mínimo, há 01(um) ano com cadastro ativo;
- IV. Cópia legível de documento oficial de identidade com fotografia e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do (a) representante legal da organização da sociedade civil, bem como do (a) procurador (a), se for o caso;
- V. Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
- VI. Declaração de habilitação firmada pelo representante legal da organização da sociedade civil ou por procurador, devidamente constituído, de que possui toda a documentação exigida pela legislação – listada no item 15.1 – para a celebração da parceria e de que se compromete a apresentá-la no momento da eventual formalização do termo de fomento, conforme Anexo II.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

10.2.1.1. O estatuto social da organização da sociedade civil proponente, previsto no inciso I do item 10.2.1, deverá prever expressamente em suas disposições os requisitos estabelecidos no artigo 33, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 13.019/2014, a saber:

- I. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- II. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
- III. Que realiza a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

10.2.1.2. Para fins de cumprimento do previsto no inciso III do item 10.2.1.1, na falta de previsão expressa do estatuto, poderá ser apresentada declaração de contador habilitado.

10.2.1.3. A declaração de contador habilitado deverá ser original ou cópia simples, mencionando expressamente que a organização da sociedade civil possui escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, com carimbo, assinatura e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do contador declarante.

10.2.1.4. As organizações da sociedade civil deverão comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA de Cajamar e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, alterações em seus atos societários e/ou em seu quadro de dirigentes, quando houver, no máximo em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do registro no órgão cartorial competente.

10.2.1.5. A ata de eleição e/ou posse deverá estar redigida em estrita consonância com as disposições do estatuto social, mencionando expressamente em seu teor sobre a eleição e/ou sobre a posse de seu atual quadro dirigente.

10.2.1.6. Em se tratando de representação por procurador(a), deverá ser apresentada a procuração original ou cópia simples, acompanhada de cópias simples do documento de identificação oficial com foto e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do(s) outorgante(s) e do(a) procurador(a).

10.2.1.7. Serão aceitos para fins comprobatórios os seguintes documentos oficiais de identidade com fotografia: carteira de identidade, carteira de identificação profissional, carteira de motorista (CNH), carteira de trabalho (CTPS) e passaporte.

10.2.2. A inobservância do disposto no item 10.2.1 deste edital ensejará na inabilitação da organização da sociedade civil, e conseqüente eliminação da proposta do presente chamamento público.

10.2.3. A vigência e regularidade da inscrição da organização da sociedade civil perante o Conselho Municipal serão verificadas pela própria Comissão de Seleção.

10.2.4. A Comissão de Seleção avaliará a regularidade da organização da sociedade civil, considerando-a habilitada ou não habilitada para fins de concessão do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI e formalização de parceria com a municipalidade.

11. DOS RESULTADOS PRELIMINARES DAS ETAPAS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

11.1. Os resultados preliminares das Etapas de Seleção e Habilitação serão divulgados no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal das Parcerias, nos prazos estabelecidos no item 6 deste edital.

11.2. Caberá recurso dos resultados preliminares das Etapas de Seleção e Habilitação, no prazo estabelecido no item 6 deste edital.

11.3. Para interposição de recurso contra os resultados preliminares das Etapas de Seleção e Habilitação deverá ser observado o prazo estabelecido no item 6 deste edital.



11.4. Não caberá interposição de novo recurso da decisão que indeferir o recurso previsto no item 10.2 deste edital.

11.5. A(s) decisão(ões) do(s) recurso(s) e dos resultados finais da Etapa de Seleção e Habilitação, serão publicados no Diário Oficial do Município – DOM, nos prazos estabelecidos no item 6 deste edital.

12. DO RESULTADO FINAL E ENTREGA DO(S) CERTIFICADO(S) DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O FMDCA DE CAJAMAR

12.1. A(s) organização(ões) da sociedade civil com propostas selecionadas e habilitadas, após o julgamento do(s) recurso(s) que vier(em) a ser interposto(s), será(ão) considerada(s) apta(s) para concessão do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI pelo o FMDCA de Cajamar, devendo o resultado final do chamamento público, ser homologados pela Comissão de Seleção e publicado no Diário Oficial do Município – DOM, conforme item 6 deste edital.

12.2. O FMDCA de Cajamar efetuará a entrega do(s) Certificado(s) de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI para o FMDCA de Cajamar à(s) organização(ões) da sociedade civil com proposta(s) selecionada(s) e habilitada(s), após a publicação do resultado final, no Diário Oficial do Município – DOM, conforme item 6 deste edital.

12.3. Juntamente com o Resultado Final do Chamamento Público referente a cada etapa de avaliação, serão também publicados os Certificados de Autorização de Captação de Recursos Financeiros - CACREFI para o FMDCA de Cajamar.

12.4. Em qualquer hipótese, a vigência do CACREF inicia-se a partir da aprovação do Resultado Final.

13. DA CAPTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1. Após a entrega do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI para o FMDCA de Cajamar – nominal e intransferível, a(s) Organização(ões) da Sociedade Civil deverá(ão) proceder com a captação dos recursos financeiros, observada a legislação em vigor.

13.2. Do total de recursos captados diretamente pela Organização da Sociedade Civil, por meio do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI para o FMDCA de Cajamar, 3% (três por cento) serão revertidos para a universalidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA de Cajamar.

13.3. Uma vez captados os recursos adequados à execução da proposta, deverá a Organização da Sociedade Civil apresentar seu Plano de Trabalho e demais documentos necessários à celebração da parceria para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que avaliará e emitirá pareceres referentes aos Planos de Trabalho aptos à formalização do Termo de Fomento.

13.4. Recursos captados em valor superior ao previsto na proposta somente serão executados caso fique demonstrada a possibilidade de adequação das metas da proposta, sem prejuízo do objeto aprovado no chamamento público.

13.5. Recursos captados dentro do prazo de 24 meses em valor inferior ao previsto na proposta serão executados caso fique demonstrada a possibilidade de adequação das metas da proposta, sem prejuízo do objeto aprovado no chamamento público.

13.6. A avaliação da adequação das metas da proposta será de responsabilidade da CMDCA.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

13.7. Não sendo possível a adequação das metas da proposta, os recursos captados pelas organizações da sociedade civil serão revertidos para a universalidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA de Cajamar.

13.8. Os recursos captados diretamente pela organização da sociedade civil, por meio do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI, serão depositados exclusivamente na conta bancária específica do FMDCA de Cajamar e terão sua destinação vinculada à execução da proposta selecionada.

13.9. As despesas decorrentes da execução do objeto da parceria dependerão da captação dos recursos pelas organizações da sociedade civil e de indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

13.10. O Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua emissão.

13.10.1. Na hipótese em que a OSC apresentar o Plano de Trabalho e formalizar a parceria, a vigência do CACREFI fica vinculada à vigência da parceria firmada.

13.10.2. Caso a organização da sociedade civil proponente realize novas captações de recursos com o Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros - CACREFI do presente edital, na vigência da parceria originalmente celebrada, poderá celebrar termo aditivo para aporte das novas captações no plano de trabalho vigente, observadas as disposições legais pertinentes;

13.10.3. Não serão formalizados termos aditivos decorrentes de captação de novos recursos solicitados posteriormente ao término da vigência da parceria originalmente celebrada, considerados os aditamentos eventualmente realizados.

14. DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

14.1. Após a publicação do resultado final do Chamamento Público, a(s) organização(ões) da sociedade civil com proposta(s) selecionada(s) e habilitada(s), após a captação dos recursos adequados à execução da proposta, observado os limites deste edital, deverá(ão) apresentar seu(s) plano(s) de trabalho, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a vigência do Certificado.

14.2. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado, exclusivamente no modelo previsto no Anexo IV deste Edital, a ser encaminhado ao endereço eletrônico social@cajamar.sp.gov.br, em formato editável, que será analisado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cajamar.

14.3. O plano de trabalho será elaborado pela(s) organização(ões) da sociedade civil e deverá estar de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados ainda os termos e as condições constantes neste edital e no modelo oficial do Anexo IV.

14.3.1. Os ajustes eventualmente necessários ao Plano de Trabalho apresentado pela(s) organização(ões) da sociedade civil serão realizados através de diálogo técnico com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cajamar, através de reuniões e/ou comunicações oficiais enviadas por meio eletrônico (e-mail), para que a redação final esteja adequada aos termos do edital e seja compatível com a concepção apresentada na proposta.

14.4. O plano de trabalho deverá observar os requisitos previstos no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normativas pertinentes, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as propostas e as metas a serem atingidas;
- II. Descrição das metas a serem atingidas e projetos a serem executados;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- III. Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução do projeto pela parceria;
- IV. Forma de execução do projeto e de cumprimento das metas a ele atreladas;
- V. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

14.4.1. A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso III do subitem anterior, deverá ser acompanhada da comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado por meio de um dos elementos indicativos abaixo, sem prejuízo de outros:

- I. Contratações similares ou parcerias da mesma natureza concluídas nos últimos três anos ou em execução;
- II. Atas de registro de preços em vigência adotados por órgãos públicos;
- III. vinculados à união, estados, distrito federal ou municípios da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;
- IV. Tabelas de preços de associações profissionais;
- V. Tabelas de preços referenciais da política pública setorial publicada pelo órgão ou entidade da administração pública municipal;
- VI. Pesquisa publicada em mídia especializada;
- VII. Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que com data e hora de acesso;
- VIII. Portal de compras governamentais;
- IX. Cotações com até três fornecedores ou prestadores de serviço, que poderão ser realizadas por item ou agrupamento de elementos de despesas.

14.4.2. A partir das informações acerca da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os valores praticados no mercado, a OSC deverá preencher planilha elaborada pela Administração Pública Municipal.

14.4.3. Os documentos e informações referentes à orçamentação a ser elaborada pela OSC, observado o disposto no subitem 14.4.1 deverão ser arquivados pela OSC, podendo a Administração Pública, a qualquer momento, solicitar a apresentação dos documentos, para o esclarecimento ou confirmação de informação.

14.4.4. A OSC é responsável pela guarda dos documentos de que trata o subitem 14.4.3 pelo período de 10 (dez) anos, a contar do dia útil subsequente àquele determinado para a apresentação da prestação de contas final da parceria.

14.5. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social procederá à análise do plano de trabalho e respectiva orçamentação.

14.5.1. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta, deste edital e da legislação em vigor.

14.6. Caso sejam constatadas quaisquer inadequações no plano de trabalho apresentado e/ou na respectiva orçamentação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social convocará a organização da sociedade civil, por meio eletrônico (e-mail), para no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data da convocação, proceder aos ajustes como condição para a aprovação do plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta, do edital e da legislação em vigor.

14.6.1. As inadequações no plano de trabalho que não forem sanadas dentro do prazo previsto no item 14.6 deste edital, ensejará, a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o adiamento da avaliação do Plano de Trabalho para a data subsequente prevista, ou ainda, na perda do direito à celebração da parceria.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

14.7. Não caberá recurso da decisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que reprovar o (s) plano (s) de trabalho, observado o prazo para ajustes.

14.9. A aprovação do(s) plano(s) de trabalho não gerará direito à celebração da(s) parceria(s) com o Município de Cajamar.

15. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

15.1. A(s) organização(ões) da sociedade civil com proposta(s) selecionada(s) e habilitada (s) no chamamento público, no momento de celebração do Termo de Fomento, será(ão) convocada(s) por meio de mensagem eletrônica encaminhada por e-mail para apresentar, juntamente com o Plano de Trabalho os documentos necessários para celebração da parceria nos moldes do Decreto Municipal nº. 5.624/2017, visando atender a Lei Federal nº. 13.019/2014, conforme abaixo:

I. Documentos Institucionais:

- a)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, demonstrando que a OSC existe há, no mínimo, 01 (um) ano com cadastro ativo;
- b)** Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros;
 - b.1)** Instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, com empresas públicas, privadas, outras OSC's ou cooperações internacionais, acompanhados de declaração de efetividade na realização das ações, indicando quais os resultados alcançados, emitida pelo representante legal, do concedente ou contratante;
 - b.2)** Declarações de experiência anterior, emitidas por redes, OSC's, movimentos sociais ou empresas públicas ou privadas que especifiquem a efetividade das ações e indiquem os resultados alcançados, firmadas pelo representante legal, do concedente ou contratante;
 - b.3)** Declaração, sob as penas de lei, firmada pelo representante legal, sobre a experiência prévia da OSC, acompanhada de relatório pormenorizado das atividades por ela já desenvolvidas e especificando sua efetividade.
- c)** Comprovação de capacidade técnica e operacional da OSC, para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas no objeto de parceria, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros;
 - c.1)** estrutura física do proponente e a disponibilização de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento do objeto;
 - c.2)** aferição da capacidade técnica dos profissionais responsáveis pela execução do objeto ou do quadro de pessoal do proponente que ficará diretamente envolvido na consecução da parceria, com apresentação de documentação legal para o exercício profissional e currículo;
 - c.3)** atestados de capacidade técnica, emitida pelo representante legal, do concedente ou contratante;
 - c.4)** prêmios oficiais nacionais ou internacionais recebidos pela OSC, pertinentes ao objeto da parceria;
 - c.5)** publicações de inegável valor técnico e pesquisas realizadas pela OSC, pertinentes ao objeto da parceria.
- d)** Cópia do estatuto social registrado e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº. 13.019/2014;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- e) Cópia da ata de eleição e posse do quadro dirigente atual;
- f) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles;
- g) Cópia autenticada do RG e CPF do representante legal da OSC e do responsável técnico pelo projeto ou atividade;
- h) Cópia do comprovante de residência, atualizado, de até 03 (três) meses, do representante legal da OSC e do representante técnico pelo projeto ou atividade;
- i) Comprovante de que a OSC funciona no endereço por ela declarado, podendo ser realizada por meio de contas de consumo, salvo as referentes à telefonia móvel;
- j) Declaração, sob as penas da lei, de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete as vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014;
- k) Declaração, emitida pelos dirigentes da OSC, informando que nenhum dos dirigentes é membro de Poder ou Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, até o segundo grau, sendo considerados:
 - 1) Membros do Poder Executivo: o(a) Chefe do Poder Executivo, Vice-Prefeito e Diretores Municipais;
 - 2) Membros do Poder Legislativo: Vereadores;
 - 3) Membros do Ministério Público: Procuradores e Promotores.
- l) Declaração emitida pelos dirigentes da OSC atestando não incorrerem nas situações de vedações, previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso VII do art. 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e alterações;
- m) Declaração, sob as penas da Lei, de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o 2º grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- n) Declaração, sob as penas da Lei, de que não haverá contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da OSC, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;
- o) Declaração, sob as penas da Lei, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz;
- p) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Municipal;

II. Documentos de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FTGS;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, ressalvados os casos previstos em legislação específica;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou Declaração de que a OSC não possui inscrição estadual.

15.1.1. Em se tratando de representação por procurador(a), deverá ser apresentada a procuração original ou cópia simples, acompanhada de cópias simples do documento de identificação oficial com foto e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do(s) outorgante(s) e do(a) procurador(a).

15.1.2. Serão aceitos para fins comprobatórios os seguintes documentos oficiais de identidade com fotografia: carteira de identidade, carteira de identificação profissional, carteira de motorista (CNH), carteira de trabalho (CTPS) e passaporte.

15.2. O prazo para apresentação da documentação elencada no item 15.1 deste edital, será de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após a data de publicação da convocação no Diário Oficial do Município – DOM.

15.3. A documentação exigida no item 15.1 deste edital deverá ser entregue, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada à Avenida Antonieta Pasquarelli Penteadó, 245 – Jordanésia, Cajamar/SP, CEP 07786-515;

15.4. A documentação exigida no item 15.1 poderá ser apresentada pela organização da sociedade civil de maneira digitalizada, ficando o remetente responsável pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados.

15.5. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS procederá à análise da documentação a ser apresentada pela organização da sociedade civil, conforme previsto no item 14.1 deste edital.

15.6. Caso seja constatada irregularidade em quaisquer dos documentos apresentados e/ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS notificará a organização da sociedade civil por meio eletrônico (e-mail), para, no prazo de 90 (noventa) dias, regularizar a documentação e/ou as certidões.

15.6.1. As irregularidades na documentação e/ou nas certidões que não forem sanadas dentro do prazo previsto no item 15.6 deste edital, ensejará na apresentação de Plano de Trabalho atualizado, acompanhado da documentação regularizada, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de reversão dos recursos captados para a universalidade do FMDCA de Cajamar.

16. DA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

16.1. Aprovado(s) o(s) planos de trabalho pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Cajamar, bem como cumpridas as disposições previstas nos itens 15.1 a 15.6.1 deste edital, a(s) organização(ões) da sociedade civil será(ão) convocada(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, por meio eletrônico (e-mail), para assinar o Termo de Fomento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da convocação.

16.2. Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA de Cajamar a ocorrência de não assinatura dos termos no prazo determinado no item 15.1 deste edital.

16.3. As despesas com a publicação do(s) extrato(s) do(s) Termo(s) de Fomento celebrado(s) no Diário Oficial do Município – DOM, correrão por conta da Administração Pública Municipal.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

16.4. O(s) Termo(s) de Fomento será(ão) firmado(s) pelo prazo de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses, conforme o cronograma de desenvolvimento das ações da proposta, podendo ser prorrogado(s), de acordo com a legislação em vigor, observada a manifestação do gestor da parceria e/ou do FMDCA de Cajamar, respeitado o prazo máximo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.

16.4.1. As parcerias com recursos disponibilizados e não utilizados pela(s) organização(ões) da sociedade civil no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de assinatura do Termo de Fomento, deverão ser rescindidas, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo(a) Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA de Cajamar e pelo(a) Secretário(a) Municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS.

16.5. A organização da sociedade civil deverá divulgar em seu sítio eletrônico institucional oficial, quando houver, e em locais visíveis de sua sede social e do(s) estabelecimento (s) em que exerça suas ações, desde a data de celebração da parceria até 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação da prestação de contas final, as seguintes informações:

- I. Data de assinatura e identificação do Termo de fomento, bem como do órgão da administração pública responsável;
- II. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
- III. Descrição do objeto do Termo de Fomento;
- IV. Valor total do Termo de Fomento e os valores liberados;
- V. Situação da prestação de contas do Termo de fomento, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
- VI. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos do Termo de Fomento, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com legislações pertinentes, a organização da sociedade civil, garantida a prévia defesa, poderá sofrer as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

17.2. A penalidade prevista no item anterior será aplicada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, facultada a defesa da organização da sociedade civil, no processo administrativo regularmente instaurado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da abertura de vista.



18. DOS ADITAMENTOS DECORRENTES DE NOVAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS

18.1. Caso a organização da sociedade civil proponente realize novas captações de recursos na vigência da parceria originalmente celebrada, poderá celebrar termo aditivo para aporte das novas captações no plano de trabalho vigente, observadas as disposições legais pertinentes.

18.1.1. Captações realizadas posteriormente ao término da vigência da parceria celebrada, ainda que no prazo de vigência do Certificado de Autorização para a Captação de Recursos Financeiros - CACREFI, serão automaticamente revertidas para a universalidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA de Cajamar, nos termos dos subitens 13.9.1 e 13.9.2 deste edital.

18.2. A OSC que obtiver novas captações em benefício de sua proposta, observados os prazos e limites estabelecidos neste edital, deverá solicitar ao FMDCA de Cajamar a formalização de Termo Aditivo, por meio de mensagem eletrônica a ser encaminhado ao e-mail social@cajamar.sp.gov.br, contendo os seguintes documentos:

- I. Ofício justificando a necessidade de celebração de termo aditivo para aporte dos recursos captados após a celebração da parceria;
- II. 01 (uma) via do plano de trabalho com as adequações necessárias para o aditamento;
- III. Referências de preço referente aos acréscimos decorrentes da nova captação.

18.3. Os aditamentos cujo objeto seja a ampliação do valor da parceria em virtude de novas captações de recursos pela organização da sociedade civil, limitam-se a 02 (dois) aditivos anuais.

19. DOS ANEXOS

19.1. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Modelo de Proposta

Anexo II - Modelo Declaração de Habilitação

Anexo III - Minuta do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros – CACREFI para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA de Cajamar

Anexo IV - Modelo de Plano de Trabalho

Anexo V - Minuta do Termo de Fomento

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A Comissão de Seleção é aquela instituída por ato normativo expedido pela autoridade competente.

20.2. Será facultado à Comissão de Seleção, promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do presente Chamamento Público e a aferição dos critérios de habilitação de cada proponente, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres destinados a fundamentar suas decisões.

20.3. As propostas e seus anexos, bem como os demais documentos entregues pelas organizações da sociedade civil proponentes, não serão devolvidos qualquer que seja o resultado do chamamento público.

20.4. Os prazos e as datas constantes no item 6 deste edital, poderão sofrer alterações por decisão da Comissão de Seleção em decorrência de interesse público, conveniência administrativa ou por motivo de força maior, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Cajamar – DOM.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

20.5. A Administração Pública poderá revogar o presente Edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa, interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Cajamar – DOM.

20.5.1. A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização.

20.6. Encerradas as etapas de seleção e de habilitação e efetivada a captação dos recursos financeiros para a execução da proposta selecionada, através dos depósitos em conta bancária do FMDCA de Cajamar, as organizações da sociedade civil estarão habilitadas para o processo de formalização de parceria com o Município de Cajamar, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, observada a legislação vigente.

20.7. Para a formalização da parceria, a organização da sociedade civil deverá estar inscrita ou com projetos inscritos no FMDCA de Cajamar ou no Conselho do município da OSC, ou ainda com inscrição em Conselhos de municípios onde tenha um projeto em execução.

20.8. O(s) Termo(s) de Fomento que vier(em) a ser celebrado(s) será(ão) publicado(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por extrato, no Diário Oficial do Município de Cajamar – DOM.

20.9. Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.

20.10. Na hipótese em que, a partir da execução da parceria firmada resultem aperfeiçoamento ou inovações passíveis de obtenção de privilégios, nos termos da Legislação Brasileira ou das Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, ou também resultem em programas de computador, obra científica, literária, estudos, relatórios, vídeos e outros produtos intelectuais afins ao projeto e nele utilizados, os direitos decorrentes pertencerão aos PARCEIROS, em partes iguais;

20.11. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados, o não cumprimento de quaisquer de seus itens e condições, bem como os motivos previstos no Decreto Municipal nº 5.624/2017 e na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, na forma estabelecida em item específico do referido instrumento.

20.12. As organizações da sociedade civil proponentes são totalmente responsáveis pelo acompanhamento das publicações referentes ao presente chamamento público no Diário Oficial do Município – DOM.

20.13. As questões não previstas neste edital serão decididas pela Comissão de Seleção, instituída por ato normativo do executivo.

Cajamar/SP, 22 de julho de 2025.

NIEDSON SILVA DE SOUZA FILHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CAJAMAR



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

Chamamento Público SMDS/CMDCA nº 0xx/2025

(Em papel timbrado da OSC)

1. DADOS DA PROPOSTA

- Nome do Projeto:
- Prazo de execução: (Em meses)
- Valor total da proposta: R\$
- Valor a ser captado: R\$
- Objeto da proposta: (Limitado a 500 caracteres - Descrever o resultado pretendido com a execução da parceria. O objeto é a síntese do que se pretende realizar, possível de ser mensurado ao final da parceria. O objeto da parceria não é poderá ser modificado durante a parceria, por isso é recomendável que o objeto seja escrito de forma reduzida, clara, e objetiva, mas sem definição de quantitativos – Essa orientação deverá ser excluída do texto)

2. DADOS CADASTRAIS

Organização da Sociedade Civil:

CNPJ:

Data de Abertura do CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Nome do representante legal:

Endereço residencial do representante legal:

CPF:

R.G.:

Telefone(s):

Período de Mandato da Diretoria: De __/__/____ a __/__/____

3. EIXO E DIRETRIZ

- Descrever qual(is) os eixos e as diretrizes, em conformidade com a item terceira do edital. Copie e cole neste espaço o eixo e as diretrizes que estão descritos no edital e que se relacionam a sua proposta.



4. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA OSC

- Apresentar de forma resumida as informações mais importantes sobre os objetivos e ações realizadas pela OSC, demonstrando no texto, dentre outras informações, os seguintes itens:
 - a) Objetivos sociais, valores e missão;
 - b) Principais atividades executadas;
 - c) Histórico de ações realizadas (preferencialmente aquelas que possuem relação com o objeto da proposta apresentada);
 - d) Público atendido;
 - e) Região de atuação.

O preenchimento deste campo deve se limitar a 1 (uma) lauda.

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

- Descrever a realidade na qual o objeto da proposta se insere (local, público atendido, estrutura, entre outros), principais desafios encontrados demonstrando de forma clara e objetiva a relação (nexo) desta realidade com o objeto da proposta, atividades e metas e como elas irão impactar esta realidade.
- Utilize este momento para demonstrar ainda a importância do projeto para a sociedade e como as ações previstas colaboram, direta ou indiretamente, na promoção, defesa e garantia de direitos da pessoa idosa.

6. PÚBLICO ALVO:

- Indicar a qual público as ações do projeto serão destinadas, determinando quantitativamente (número de pessoas ou número de instituições beneficiadas, por exemplo) e o perfil econômico social, apresentando as principais características do público que se pretende atender.

7. ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

- Informe quais os bairros e regionais em que se pretende realizar o projeto.

8. QUADRO DE METAS:

- Preencha as informações solicitadas conforme explicação constante em cada coluna. Adicione quantas linhas forem necessárias para atender a descrição completa do projeto.

METAS	RESULTADOS ESPERADOS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Uma das partes do objeto da parceria a ser realizado por meio de ações, para atingir um resultado esperado. Deve conter a quantidade que será atingida com sua execução	O resultado esperado a partir da execução integral da meta, a finalidade que se busca com a realização das ações.	Tarefas concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de mais de uma ação.	Prazo de início e término previsto para a execução da ação. Descrito em meses (ex. mês 1 ao mês 4).



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

9. METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DA PROPOSTA:

- Descrever de forma clara como será a execução de cada uma das metas, demonstrando como o projeto será desenvolvido e fazendo correlação com a equipe de trabalho e recursos envolvidos.
- Preencher todas as metas individualmente, de acordo com a proposta do quadro de metas.

Meta 01:(descrever);

Meta 02:(descrever);

10. EQUIPE DE TRABALHO:

- Inserir no quadro, todos os profissionais que serão necessários à execução da parceria, integral ou parcialmente, incluindo as diversas formas de contratação (CLT, RPA, Pessoa Jurídica).

Cargo	Atribuições no projeto	Qtde. Pessoas	Carga horária semanal	Nº de meses	Valor mensal individual

11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:

- Informar na tabela abaixo todas as despesas e os valores necessários à execução da proposta. O valor deve ser compatível com a referência de preço apresentada pela OSC. Inclua quantas linhas forem necessárias para inserir todas as despesas.
- Na linha equipe de trabalho deste item deverá ser inserido o valor total conforme campo 11. Não havendo equipe de trabalho a linha poderá ser deixada em branco.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Descrição do item de despesa ¹	Quant. e unidade de medida ²	Meses ³	Referência de preços unitário	Referência de preços total
Total das Despesas =				
+ 3% (três por cento) do total de recursos captados a serem revertidos para a universalidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/FMDCA de Cajamar =				
Total do projeto =				

12. CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOVER):

- Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, a partir de recursos próprios da OSC, com a respectiva forma de mensuração.
- Este item não é obrigatório e deve ser preenchido apenas se houver contrapartidas a serem apresentadas (Não pode ser financeira).

BEM OU SERVIÇO	VALOR MENSURADO
TOTAL =	

13. ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL OSC:

Local, _____ de _____ de 202_.

Obs.: A presente proposta segue acompanhada dos anexos previstos no Edital de Chamamento Público SMDS/CMDCA nº. 0xx/2025.

¹ Informar o tipo de elemento da despesa: Recursos Humanos, Material de Consumo ou Serviço de Terceiros, conforme legislação da Administração Pública.

² Informar a quantidade de itens e qual a unidade utilizada, como: horas, itens, serviço, entre outros;

³ Informar a quantidade de meses que o item foi inserido na proposta, observando o período em que há previsão do uso de recurso.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Chamamento Público SMDS/CMDCA nº 0xx/2025

(em papel timbrado da OSC)

Declaro, para fins de participação no Edital de Chamamento Público SMDS/CMDCA Nº 0xx/20xx, que a OSC (Inserir razão social da OSC), inscrita no CNPJ sob o nº (Inserir CNPJ da OSC), é possuidora de toda a documentação exigida na legislação e disposta na Item 16 deste Edital, essenciais à formalização de parceria, e me comprometo a entregá-la, na forma e prazo solicitados, para a eventual celebração de termo de fomento.

Estou ciente de que as informações apresentadas nesta proposta que venham a ser consideradas para atribuição de pontuação no processo de seleção, deverão ser observadas e cumpridas na eventual formalização de parceria, fazendo constar as mesmas no Plano de Trabalho.

Estou ciente de que a ausência, irregularidade ou incompletude de quaisquer dos documentos, declarações e ou requisitos necessários à formalização da parceria, ensejará a não celebração da parceria e a destinação dos recursos captados para a universalidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA de Cajamar.

Local, _____ de _____ de 20____

(Nome do representante legal da OSC)



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

MINUTA DO CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – CACREFI, PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA DE CAJAMAR

Chamamento Público SMDS/CMDCA nº 0xx/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente Cajamar – FMDCA de Cajamar, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.325, de 27 de março de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Cajamar – CMDCA de Cajamar, autoriza a Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, situada à _____, a proceder à captação de recursos financeiros junto às pessoas físicas ou jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA de Cajamar, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 12, I da Lei nº. 9.250 de 26 de dezembro de 1995, com a finalidade única e expressa de viabilização da proposta _____, aprovada pelo Chamamento Público SMDS/CMDCA nº 0xx/2025.

Esta autorização tem validade máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua deliberação, condicionada à vigência da parceria eventualmente celebrada.

Cajamar, ____ de _____ 20 ____.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
Presidente do CMDCA de Cajamar

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
Gestora do FMDCA de Cajamar



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

Chamamento Público SMDS/CMDCA Nº 0xx/2025

(em papel timbrado da OSC)

1. DADOS DO PROJETO:
 - 1.1. Nome do Projeto:
 - 1.2. Prazo de execução: (Em meses)
 - 1.3. Valor total de execução: R\$ xxxxxx,xx (xxxxxx)
 - 1.4. Eixo e Diretriz:
 - 1.5. Objeto da Parceria: (Limitado a 500 caracteres - Descrever o resultado pretendido com a execução da parceria. O objeto é a síntese do que se pretende realizar, possível de ser mensurado ao final da parceria. O objeto da parceria não poderá ser modificado durante a parceria, por isso é recomendável que o objeto seja escrito de forma reduzida, clara, e objetiva, mas sem definição de quantitativos – Essa orientação deverá ser excluída do texto)

2. DADOS CADASTRAIS
 - 2.1. Organização da Sociedade Civil:
 - 2.1.1.CNPJ:
 - 2.1.2.Data de Abertura do CNPJ:
 - 2.1.3.Endereço:
 - 2.1.4.Bairro:
 - 2.1.5.Cidade:
 - 2.1.6.CEP:
 - 2.1.7.Telefone:
 - 2.1.8.E-mail:
 - 2.2. Nome do representante legal:
 - 2.2.1.Endereço residencial do representante legal:
 - 2.2.2.CPF:
 - 2.2.3.R.G.:
 - 2.2.4.Telefone(s):
 - 2.2.5.Período de Mandato da Diretoria: De ___/___/___ a ___/___/___

3. DADOS BANCÁRIOS - CONTA CORRENTE ESPECÍFICA DA PARCERIA E ISENTA DE TARIFA
 - 3.1. Banco:
 - 3.2. Agência:
 - 3.3. Conta:

4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E JUSTIFICATIVA DO PROJETO (Descrever a realidade na qual o objeto da parceria se insere (local, público atendido, estrutura, entre outros), principais desafios encontrados demonstrando de forma clara e objetiva a relação (nexo) desta realidade com o objeto da do projeto, atividades e metas e como elas irão impactar esta realidade. Utilize este momento para demonstrar ainda a importância do projeto para a sociedade e como as ações previstas colaboram, direta ou indiretamente, na promoção, defesa e garantia de direitos da pessoa idosa.

5. PÚBLICO ALVO: Indicar a qual público as ações do projeto serão destinadas, determinando quantitativamente (número de pessoas ou número de instituições beneficiadas, por exemplo) e o perfil econômico social, apresentando as principais características do público que se pretende atender.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

6. **ÁREA DE ABRANGÊNCIA:** Informe quais os bairros e regionais em que se pretende realizar o projeto. Indicar ainda o local da execução da parceria, se for aplicável.
7. **Objetivos:**
- 7.1. Objetivo Geral
- 7.2. Objetivos Específicos
8. **QUADRO DE METAS:** ~~Preencha as informações solicitadas conforme explicação constante em cada coluna. Adicione quantas linhas forem necessárias para atender a descrição completa do projeto.~~
9. **METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO:** Descrever de forma clara como será a execução de cada uma das metas, demonstrando como o projeto será desenvolvido e fazendo correlação com a equipe de trabalho e recursos envolvidos. Preencher todas as metas individualmente, de acordo com a proposta do quadro de metas.

10. Fases da execução

Etapas	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês

11. **Impacto Social Esperado:** (Descrever, a partir das metas estabelecidas, como a execução do projeto auxiliará na qualificação dos beneficiários, na direção de mudanças positivas em relação à situação de vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados, com foco na eficiência, eficácia e efetividade, sendo: Eficiência: diz respeito à boa utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos em relação às atividades e resultados alcançados; Eficácia: se refere à relação das ações realizadas e os resultados obtidos; Efetividade: observação da incorporação das mudanças geradas pelo projeto na realidade do público –alvo.)

12. **Prazo de execução do projeto:** xx (xxxxx) meses

13. **EQUIPE DE TRABALHO:** Inserir no quadro, todos os profissionais que serão necessários à execução da parceria, integral ou parcialmente, incluindo as diversas formas de contratação (CLT, RPA, Pessoa Jurídica).

Cargo	Atribuições no projeto	Qtde. pessoas	Carga horária semanal	Vínculo Empregatício	Nº de meses	Valor mensal individual

14. PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

(ESTE TEXTO NÃO DEVE SER ALTERADO PELA OSC) O Monitoramento e Avaliação da presente parceria será realizado por meio do Gestor da Parceria a ser designado pela chefe do Executivo e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída pelo FMDCA de Cajamar. As ações de Monitoramento e Avaliação possuem caráter preventivo e



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

saneador e tomarão por base: os Relatórios de Execução do Objeto a serem apresentados pela OSC, na periodicidade a ser definida no Termo de Fomento; os dados encaminhados pela OSC referentes à execução financeira da parceria, mensalmente; as ações de acompanhamento da parceria a serem realizadas pelo gestor; a realização de eventuais visitas técnicas in loco e reuniões de alinhamento das informações. O Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação a ser elaborado pelo Gestor da Parceria deverá ser encaminhado para a Comissão de Monitoramento e Avaliação, em até 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação do Relatório de Execução do Objeto pela OSC. Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação a análise e homologação do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, podendo solicitar reunião presencial e/ou virtual com o responsável pelo projeto a qualquer momento da execução, bem como realizar visita in loco, caso haja questionamentos que não restarem esclarecidos nos relatórios técnicos: (O processo de monitoramento e avaliação devem descrever como será o monitoramento e avaliação do projeto, apresentando indicadores tangíveis e/ou intangíveis, os instrumentos e estratégias de coleta de dados e a equipe responsável pelo processo. Os **indicadores** podem ser de eficiência (economia de recursos), de eficácia (resultados) ou de efetividade (impactos). Permite acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança, etc.)

- 14.1. **Indicadores de processo:** (São medidas que indicam a realização das atividades. Muitas vezes, é solicitado também o meio de verificação, que é a forma de coleta das informações)

Atividades	Indicadores	Meios de Verificação

- 14.2. **Indicadores de resultado:** (Essas medidas expressam, direta ou indiretamente, os benefícios decorrentes das ações empreendidas. Está relacionado aos objetivos específicos)

Objetivos Específicos	Indicadores	Meios de Verificação

- 14.3. **Indicadores de impacto:** (Possuem natureza abrangente e medem os efeitos de médio e longo prazos. Está mais relacionado ao objetivo geral).

Objetivo Geral	Indicadores	Meios de Verificação

15. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Descrição da Despesa	Valor Mensal	Valor Anual
Recursos Humanos		
. salários e ordenados	R\$ -	R\$ -
. 13º salário	R\$ -	R\$ -
. FGTS	R\$ -	R\$ -
. INSS	R\$ -	R\$ -
. Aviso prévio	R\$ -	R\$ -
. cota patronal	R\$ -	R\$ -
. férias	R\$ -	R\$ -
. IRRF	R\$ -	R\$ -
. multas rescisórias FTGS	R\$ -	R\$ -
. vale transporte	R\$ -	R\$ -
. PIS	R\$ -	R\$ -
. ...	R\$ -	R\$ -



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Gêneros Alimentícios	R\$	-	R\$	-
Gastos Administrativos				
. combustível	R\$	-	R\$	-
. estacionamento/condução/taxi	R\$	-	R\$	-
. material de expediente/correio/fotocópias	R\$	-	R\$	-
. seguros	R\$	-	R\$	-
. ...	R\$	-	R\$	-
Materiais				
. de higiene e limpeza	R\$	-	R\$	-
. didáticos/socioeducativos	R\$	-	R\$	-
. ...	R\$	-	R\$	-
Locação				
. de equipamentos de informática	R\$	-	R\$	-
. imóvel	R\$	-	R\$	-
. veículos	R\$	-	R\$	-
. ...	R\$	-	R\$	-
Manutenção				
. de equipamento de informática	R\$	-	R\$	-
. predial e imobiliário	R\$	-	R\$	-
. veículo	R\$	-	R\$	-
. ...	R\$	-	R\$	-
Serviços de Terceiros (ST):				
. consultoria/assessor contábil	R\$	-	R\$	-
. consultoria/assessor jurídica	R\$	-	R\$	-
. limpeza/manutenção	R\$	-	R\$	-
. outros ST – pessoa física	R\$	-	R\$	-
. outros ST – pessoa jurídica	R\$	-	R\$	-
. serviços de Tecnologia da Informação	R\$	-	R\$	-
. ...	R\$	-	R\$	-
Utilidades Públicas				
. água e esgoto	R\$	-	R\$	-
. força e luz	R\$	-	R\$	-
. internet	R\$	-	R\$	-
. telefone	R\$	-	R\$	-
Diversos				
. gás				
. ...				



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Total das despesas =	
----------------------	--

16. CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER): Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, a partir de recursos próprios da OSC, com a respectiva forma de mensuração. Este item não é obrigatório e deve ser preenchido apenas se houver contrapartidas a serem apresentadas (Não pode ser financeira).

BEM OU SERVIÇO	VALOR MENSURADO
TOTAL =	

17. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O valor de R\$ xxxx,xxx (xxxxxx) será repassado em parcela única.

18. ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL OSC:

Local, ____ de ____ de 20__

Nome/Assinatura do Representante legal da Organização da Sociedade Civil

Nome/Assinatura do Responsável Técnico da Organização da Sociedade Civil



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE FOMENTO

Do Chamamento Público SMDS/CMDCA nº 0xx/2025

TERMO DE FOMENTO SMDS/CMDCA Nº. _____

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR E A
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL _____,
CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____.**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR**, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com sede na Avenida Antonieta Pasquarelli Penteado, nº 245, Bairro Altos de Jordanésia, CEP 07786-515, Distrito de Jordanésia, Cajamar, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.523.023/0001-81, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **NIEDSON SILVA DE SOUZA FILHO**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a Organização da Sociedade Civil _____, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, devidamente inscrita no Conselho Municipal _____, neste ato representada por seu Presidente Sr(a). _____, brasileiro(a), portador(a) do RG nº. _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, doravante designada simplesmente **OSC** _____, resolvem celebrar o **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como no Decreto Municipal nº 5.624, de 06 de fevereiro de 2017 e consoante o Processo Administrativo nº _____ e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente **TERMO DE FOMENTO** tem por objeto a concessão, pelo **MUNICÍPIO**, de **recurso proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA** a **OSC** _____, com vistas à execução _____, que trata do Plano de Trabalho e Orçamento Detalhado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1 - Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GESTÃO

3.1 - O presente Termo de Fomento terá como Gestor:

- I. Do **MUNICÍPIO** o(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF/MF _____, designado(a) pela Portaria Municipal nº _____, de ____ de _____ de _____ o qual compete realizar todas as ações previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, em especial nos seus artigos 61 e 62 e no Decreto Municipal nº 5.624/2017.
- II. Da **OSC** _____ o(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF/MF nº _____, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 5.624/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

4.1 - São responsabilidades e obrigações dos partícipes, além dos outros compromissos assumidos neste Termo de Fomento e os previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 com suas alterações e no Decreto Municipal nº 5.624/2017:

I. DO MUNICÍPIO:

- a) promover o repasse dos recursos financeiros, por meio de transferência eletrônica, em conta bancária específica indicada pela **OSC** _____, obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto deste instrumento;
- b) monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, inclusive por meio de diligências e visitas *in loco*;
- c) exercer atividade de controle e fiscalização sobre a execução do Termo de Fomento, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- d) emitir, por seu Gestor, nos termos do art. 69 do Decreto nº 5.624/2017, Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC** _____;
- e) efetivar a publicação de extrato deste Instrumento;
- f) manter em seu sítio eletrônico oficial www.cajamar.sp.gov.br, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo Plano de Trabalho, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- g) comunicar à **OSC** _____ quando identificadas quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- h) divulgar pelo sítio eletrônico oficial www.cajamar.sp.gov.br os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- i) na hipótese do Gestor, de que trata o inciso I do item 3.1. da Item Terceira deste Instrumento, deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o **MUNICÍPIO** por seu Prefeito deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- j) instaurar Tomada de Contas Especial, ante a evidência de irregularidades na execução do objeto da parceria;
- k) informar à **OSC** _____ os atos normativos e orientações do **MUNICÍPIO** que interessem a execução do presente Termo de Fomento;
- l) encaminhar cópia deste Instrumento e do Plano de Trabalho à Câmara Municipal, no prazo de até 15 (quinze) dias após sua formalização.

II. DA OSC _____:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Capítulo VIII do Decreto nº 5.624/2017;
- c) divulgar na internet, em sua página oficial e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com o **MUNICÍPIO**,



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como atendendo o disposto no Capítulo III do Decreto nº 5.624/2017;

- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 59 do Decreto Municipal nº 5.624/2017;
- e) dar livre acesso aos servidores designados pelo Gestor deste Instrumento, bem como aos integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e especialmente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que tange aos documentos, informações e local de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** a inadimplência da **OSC** _____ em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet e em sua sede, além do disposto na alínea “c” deste inciso, consulta ao extrato deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento, é de R\$ _____ (_____).

5.2 – O **MUNICÍPIO** transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor mensal de R\$ _____ (_____) cada, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária nº. _____ – Ficha nº. _____, alocados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA, Reserva nº __, de __/__/____.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - O **MUNICÍPIO** transferirá os recursos em favor da **OSC** _____, conforme **Cronograma de Desembolso** contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este Instrumento, nos termos do art. 59 do Decreto nº 5.624/2017.

6.2 - Deverá a **OSC** _____ efetivar a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em:

- I. Caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; e
- II. Fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

6.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando a **OSC** _____ deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo **MUNICÍPIO** ou pelos órgãos de Controle Interno ou Externo;



- III. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC** _____ em relação às obrigações estabelecidas no Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do Gestor de que trata o inciso II, do item 3.1 da Item Terceira deste Instrumento e/ou do representante legal da **OSC** _____, para:

- I. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II. Finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III. Realização de despesas em data anterior à sua vigência;
- IV. Realização de despesas em data posterior ao término da execução do Termo de Fomento quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante sua vigência;
- V. Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros;
- VI. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- VII. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- VIII. Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do **MUNICÍPIO**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

7.3 - As compras e contratações realizadas pela **OSC** _____, com o uso dos recursos da parceria, considerarão as práticas de mercado e observarão os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

7.4 - A **OSC** _____ deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

7.5 - Para a contratação da equipe dimensionada no Plano de Trabalho, a **OSC** poderá adotar procedimento de seleção com métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência por _____ (_____) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 47 e §8º do art. 63 do Decreto nº 5.624/2017.

8.2 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o **MUNICÍPIO** promoverá a prorrogação "de ofício" do prazo de vigência deste Termo de Fomento, independentemente de proposta da **OSC** _____, cujo prazo de prorrogação ficará limitado ao exato período do atraso verificado.

8.3 - Havendo adimplemento do objeto, o **MUNICÍPIO** poderá prorrogar a vigência do Termo de Fomento mediante Termo Aditivo, para ampliação do objeto com saldos financeiros residuais, nos



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

casos de rendimentos financeiros ou economia na execução, mediante alteração do Plano de Trabalho e análise jurídica prévia, nos termos do parágrafo único, do art. 51 e art. 57, da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - Este Termo de Fomento poderá ser aditado, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, metas, prazo de vigência ou utilização de recursos remanescentes do saldo deste Instrumento, mediante assinatura de Termo Aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - As alterações, com exceção da prevista no item 8.2 da Item Oitava, deverão ser previamente submetidas à apreciação da Secretaria Municipal de Justiça, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer, nos termos do parágrafo único do art. 64 do Decreto nº 5.624/2017.

9.3 - Admitir-se-á **modificação do Plano de Trabalho**, no que se refere à revisão para alteração de valores ou de metas, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, por meio de Termo Aditivo e/ou por apostila ao Plano de Trabalho original, a qual fica condicionada a prévia apreciação e aprovação do Gestor de que trata o inciso I, do item 3.1, da Item Terceira, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento ou do Plano de Trabalho, cuja proposta pretenda alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução do objeto da parceria será acompanhada pelo **MUNICÍPIO**, por meio de ações de monitoramento, avaliação e fiscalização, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular do Termo de Fomento.

10.2 - O monitoramento, avaliação e fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do Órgão Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA e da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor.

10.3 - O Gestor de que trata o inciso I, do item 3.1, da Item Terceira, emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente Termo de Fomento, de acordo com as especificações elencadas no art. 69, do Decreto nº 5.624/2017, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade da apresentação de Prestação de Contas devida pela **OSC** _____.

10.4 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **OSC** _____, o **MUNICÍPIO**, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, aplicará as disposições do art. 107, do Decreto nº 5.624/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 - A **OSC** _____ deverá prestar contas na forma estabelecida nesta cláusula e nos termos do Decreto Municipal nº 5.624/2017.

11.2 - A **OSC** _____ prestará contas **TRIMESTRALMENTE**, em até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada trimestre da parceria, consoante estabelece o art. 75 do Decreto Municipal nº. 5.624/2017, contendo obrigatoriamente:



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- I. **Relatório de Execução do Objeto**, assinado pelo representante legal da **OSC** _____, que conterá:
 - a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
 - b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
 - c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.
- II. **Relatório de Execução Financeira**, assinado pelo representante legal da **OSC** _____, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contendo os extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, a conciliação bancária, os comprovantes de recolhimento dos tributos oriundos da relação trabalhista, as Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, assim como da Previdência Social - GFIP, referentes ao período de que trata a prestação de contas.

11.3 - A prestação de contas **ANUAL**, deverá ser efetivada até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada, consoante estabelece o art. 79 do Decreto nº 5.624/2017, contendo o seguinte:

- I. Relatório Anual de Execução do Objeto, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;
- II. Relatório Anual de Execução Financeira, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;
- III. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;
- IV. Balanço patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;
- V. Demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;
- VI. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- VII. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da **OSC** _____, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;
- VIII. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da **OSC** _____, de que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da OSC, o tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão da Administração Pública Municipal a que se referem;
- IX. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da **OSC** _____, acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas;
- X. Declaração do representante legal e do Conselho Fiscal da **OSC** _____, acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, economicidade e interesse público;
- XI. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;
- XII. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- XIII. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- XIV. Demais documentos exigidos nas instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os quais serão informados à **OSC** _____, por meio de atos normativos e manuais elaborados pela Administração Pública Municipal.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

11.4 - A prestação de contas **FINAL**, consoante estabelece o art. 81 e seguintes do Decreto Municipal nº. 5.624/2017, deverá ser efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC _____**, que deverá estar acompanhada do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira.

11.5 - As prestações de contas apresentadas pela **OSC _____** deverão conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, apresentando, dentre outros, as seguintes informações e documentos:

- I. Extrato da conta bancária específica;
- II. Notas e comprovantes fiscais, inclusive cupons e recibos, com data do documento, valor, dados da **OSC _____** e número do presente Termo de Fomento;
- III. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica;
- IV. Balanço patrimonial;
- V. Balancete analítico anual;
- VI. Demonstração de resultado do exercício e das origens e aplicação dos recursos, segundo as normas contábeis vigentes;
- VII. Material comprobatório do cumprimento do objeto com fotos, vídeos ou outros suportes.

11.6 - O **MUNICÍPIO** se obriga a avaliar as prestações de contas de que trata essa Item, em total consonância com os prazos e regras definidas no Capítulo VIII, do Decreto nº 5.624/2017.

11.7 - Das irregularidades constatadas, o **MUNICÍPIO** notificará à **OSC _____**, em consonância com as determinações e prazos estipulados pelo Decreto nº 5.624/2017, para sanar as anormalidades ou apresentar sua justificativa e, se o caso, interpor recurso.

11.8 - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos, sem justificativas suficientes.

11.9 - Os documentos originais relativos à execução da parceria deverão ser mantidos arquivados pela **OSC _____**, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final.

11.10 - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **OSC _____** a formalizar novos termos de Fomento ou quaisquer outros ajustes com o **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

12.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas do Decreto nº 5.624/2017 e da Lei nº 13.019/2014, o **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **OSC _____** as seguintes sanções:

- I. **Advertência**;
- II. **Suspensão temporária** da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria com o **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- III. **Declaração de inidoneidade** para participar de chamamento público ou celebrar parcerias com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a **OSC _____** ressarcir o **MUNICÍPIO** pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.2 - Os prazos e regras relacionados aos procedimentos que visam à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula, inclusive para o exercício do contraditório e da ampla defesa, obrigatoriamente constarão da notificação expedida pelo **MUNICÍPIO**.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

12.3 - A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONCLUSÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

13.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

Parágrafo único. Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível item obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

13.2 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC _____**, o **MUNICÍPIO** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

- I. Retomar bens públicos em poder da **OSC _____**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens, se o caso;
- II. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC _____** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

§ 1º No caso da transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, o **MUNICÍPIO** deverá convocar Organização da Sociedade Civil participante do Chamamento Público realizado, desde que atendida à ordem de classificação e mantidas as mesmas condições deste Instrumento.

§ 2º Na impossibilidade justificada da convocação de que trata o §1º ou na ausência de interesse das OSC's convocadas, o **MUNICÍPIO** assumirá diretamente a execução do objeto ou realizará novo Chamamento Público.

13.3 - Na hipótese de conclusão, denúncia ou rescisão da presente parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos ao **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial e outras medidas cabíveis, consoante estabelece o Capítulo X, do Decreto Municipal nº. 5.624/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste Instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no sítio eletrônico www.cajamar.sp.gov.br obedecidos os critérios e prazos estabelecidos pelo Decreto Municipal nº. 5.624/2017 e pela Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I. As comunicações e notificações relativas a este Termo de Fomento serão efetuadas por correspondência com aviso de recebimento - AR ou mediante protocolo na sede ou filial da **OSC _____**;
- II. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em atas ou relatórios circunstanciados.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o Foro Distrital de Cajamar, Comarca de Cajamar, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Fomento.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Fomento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cajamar, ____ de _____ de ____.

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS

Representante Legal da O.S.C.

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Nome:

RG nº

2 - _____

Nome:

RG nº